

Segundo a pesquisa, uma em cada quatro pessoas em África paga subornos para ter acesso a determinados serviços

A corrupção afeta pobres e jovens de maneira desproporcional

Berlim, 11 de julho de 2019 - A décima edição do Barómetro Global de Corrupção (GCB) para África, publicado no Dia Africano de Luta contra Corrupção pela Transparência Internacional em parceria com o Afrobarometer, revela que mais de metade dos cidadãos entrevistados em 35 países africanos acham que a corrupção está a piorar no seu país. Mais de metade das pessoas entrevistadas (59%) acham que o seu governo está a fazer pouco no que diz respeito ao combate à corrupção.

[Leia o relatório](#)

O barómetro GCB é a maior e mais detalhada pesquisa de opinião pública sobre suborno e outras formas de corrupção em África. No total, 47.000 cidadãos em 35 países foram entrevistados e forneceram as suas opiniões sobre a corrupção e experiências diretas de suborno.

Os resultados mostram **que mais de 1 em 4 cidadãos, ou o equivalente a mais de 130 milhões de pessoas, pagaram subornos nos últimos 12 meses** para obter serviços públicos, tais como documentos de identidade, saúde e educação.

O barómetro GCB também destaca que a corrupção afeta os mais vulneráveis de maneira desproporcional, **sendo que os mais pobres pagam duas vezes mais subornos do que os mais ricos**. Os jovens pagam mais subornos do que as pessoas com mais de 55 anos.

“A corrupção impede o desenvolvimento económico, político e social em África. É um grande obstáculo para o crescimento económico, a boa governança e liberdades básicas, tais como a liberdade de expressão ou o direito dos cidadãos de exigirem que os seus governos prestem contas”, explicou Patricia Moreira, diretora executiva da Transparency International. “Embora os governos tenham um longo caminho a percorrer para reconquistar a confiança dos cidadãos e para reduzir a corrupção, a corrupção faz parte de um contexto maior. O suborno e a lavagem de dinheiro, como práticas internacionais, desviam recursos críticos dos serviços públicos. Os cidadãos comuns são os que mais sofrem.”

Quando inquiridos sobre as diferentes instituições nos seus países, os cidadãos relataram que a polícia é a instituição mais corrupta, sendo que 47% das pessoas acreditam que a maioria ou toda a polícia é corrupta. Os cidadãos também acham que os funcionários do governo e parlamentares são altamente corruptos, 39% e 36%, respectivamente.

Como na edição anterior do barómetro GCB para África, o maior número de casos de suborno relatados entre os entrevistados é pago à polícia. Esse pode ser o motivo pelo qual mais de dois terços dos entrevistados temem retaliação se denunciarem casos de corrupção. Por outro lado, mais de metade dos cidadãos acredita que as pessoas comuns são capazes de fazer a diferença no combate à corrupção.

“Para reduzir o peso da corrupção sobre as pessoas comuns, os Estados africanos que ainda não o fizeram, devem ratificar efetivamente a Convenção da União Africana sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção”, afirmou Paul Banoba, coordenador regional da Transparency Internacional

para África Oriental. *“Os africanos acreditam que podem fazer a diferença. Os governos devem facilitar o espaço para que isso aconteça.”*

A Transparency International pede que os governos **coloquem os compromissos anticorrupção em prática** e que:

- Investiguem, processem e penalizem todas as denúncias de casos de corrupção no setor público e privado, sem exceção.
- Desenvolvam padrões mínimos e diretrizes para concursos públicos éticos e estabeleçam práticas sólidas de aquisição em todo o continente através de formação, monitoria e pesquisa.
- Adotem práticas de concursos públicos abertos, que tornem os dados e a documentação mais claros e fáceis de analisar e garantam transparência nos procedimentos de concursos públicos.
- Criem mecanismos para receber as denúncias de cidadãos e fortaleçam a proteção oferecida aos denunciantes para garantir que os cidadãos possam denunciar casos de corrupção sem medo de represálias.
- Permitam que a imprensa e a sociedade civil exijam a prestação de contas aos governos.
- Apoiem transparência no financiamento dos partidos políticos.
- Permitam a cooperação transfronteiriça para combater a corrupção.

As autoridades devem estabelecer registos públicos que nomeiem os proprietários efetivos de empresas de fachada, bem como adotar e aplicar leis que abordem os produtos de roubo via corrupção.

Além disso, líderes empresariais e conselhos de empresas, incluindo empresas multinacionais que operam em África, devem implementar de forma efetiva e transparente os mais altos padrões internacionais contra a corrupção e a lavagem de dinheiro.

FIM

Sobre a Transparency International

A Transparency International é uma organização global da sociedade civil que há 25 anos lidera o combate à corrupção. Junte-se aos nossos esforços: [transparency.org](https://www.transparency.org).

Sobre o GCB

A pesquisa do Barómetro Global de Corrupção (GCB) - África foi implementada pelo Afrobarómetro em 34 países, como parte dos inquéritos da 7ª Jornada, em colaboração com a Transparency International. Uma pesquisa separada para a República Democrática do Congo foi encomendada pela Transparency International e conduzida pela Omega Research.

Os inquéritos foram realizados face-a-face, utilizando entrevistas pessoais assistidas por computador com 47.105 adultos com mais de 18 anos que vivem em 35 países em África. O trabalho de campo foi realizado entre setembro de 2016 e setembro de 2018, e as pesquisas foram amostradas e ponderadas para serem nacionalmente representativas. Os resultados globais para a África são

equivalentes a uma média dos países pesquisados. Para a lista completa de países pesquisados e informações sobre a abordagem de pesquisa, por favor, [veja aqui](#).

O número total de pagadores de suborno foi calculado com base na porcentagem de entrevistados em cada um dos 35 países pesquisados que pagaram um suborno pelo menos uma vez a qualquer um dos cinco serviços públicos no país.